

Os paradoxos do sense e os objetos impossíveis: Deleuze, entre Russell e Meinong.

Álex Deiwison Fiel de Andrade Cândido⁴

Bertrand Russell, em seu ensaio "On Denoting" (1905), apresenta pela primeira vez a sua teoria das descrições definidas, com o objetivo de resolver certos problemas no âmbito da filosofia da linguagem e da ontologia relacionados à referência de objetos não-existentes.

Os problemas envolvem o salto da referência para uma afirmação ontológica do objeto individual. Se eu posso me referir a um determinado objeto 'A', de modo que consigo predicar dele, como dizer que ele não existe absolutamente? O filósofo austríaco Alexius Meinong, anteriormente à Russell, aceitara que todos os objetos, mesmo os contraditórios, tem alguma espécie de "peso ontológico", de tal modo que caso não houvessem, não poderiam ser predicados. Russell, tentando evitar assumir a existência de quimeras, dá a solução oferecida pela teoria das descrições definidas, que propõe uma análise lógica das sentenças que possuem uma descrição definida, que é indicada por um artigo definido. A análise mostra que a sentença, na verdade, comporta uma conjunção de três sentenças, das quais uma admite a existência do ente ao qual o sujeito gramatical se refere.

Assim sendo, ao alterar a formulação para uma que explicita o sujeito lógico das sentenças envolvidas, a sentença que fora analisada, a primeira, torna-se falsa, já que ela é, em sua forma lógica, uma conjunção de três sentenças das quais uma é falsa. Desse modo, além de resolver o problema concernente à existência de não-existentes, a teoria de Russell rompe com postulados ontológicos baseados em objetos individuais, correspondentes às palavras que denotam um objeto só. Ao alterar a perspectiva sobre o tipo de sujeito que se está lidando, a existência passa a ser atribuída a uma nova modalidade sintática: a existência é determinada pela estrutura entre fato e sentença, enquanto sintaticamente compostos, e não pelo objeto simples referido pelo sujeito gramatical que compõe a sentença. Desse modo, a ontologia do Russell em sua "História da filosofia Ocidental", de 1946, aponta para o descritivismo como critério ontológico capaz de resolver todas as questões acerca da existência, desde Platão, além do atomismo lógico como doutrina que atribuí à proposição, ou sentença, enquanto sintaticamente composta, a responsabilidade de garantir a significação, optando por essa alternativa em vista dos problemas metafísico e lógicos que ocasionariam da simples relação entre referência e objeto individual tomada como critério segundo o qual se assevera a existência de algo.

⁴ Graduando no curso de licenciatura em filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Com a teoria das descrições definidas, Russell utiliza a análise lógica para explicitar e resolver problemas que em última instância eram discutidos pela metafísica ou pela epistemologia e que levaram à teoria dos objetos, de Meinong, que admite objetos contraditórios e permite exceções à lei do terceiro excluído. Nosso objetivo é discutir se a crítica que o Russell faz se aplica às considerações epistemológicas do filósofo austríaco, que considera como objeto [*Gegenstand* or *Objekt*] aquilo que é alvo de um ato mental (1888–1903: 47), e não aquilo que possui algum valor ontológico, apresentando uma teoria conceitual de objeto. Além disso, observaremos em que medida Meinong antecipara algumas das críticas feitas por Russell, como a distinção entre negação de primeira e de segunda ocorrência, que fora uma reformulação lógica da diferença entre negação de predicados e negação de sentenças. Esclarecidas as posições de ambos os autores frente o problema da referência de objetos não-existentes, introduziremos o pensamento de Deleuze em sua obra *Lógica do Sentido*, com o objetivo de entender os motivos segundo o qual este prefere a alternativa meinongiana frente ao problema da referência às entidades não-existentes em relação à teoria russelliana das descrições, que acaba por identificar o sentido com o significado da expressão, e, neste caso, com *vero*-funcionalidade da proposição, sintaticamente composta, que o teria levado à posição de que uma correta análise lógico-semântica seria capaz de resolver os problemas concernentes à questão da existência. Deleuze, então, optará por uma via que o distancie dos resquícios fenomenológicos da filosofia de Meinong e do logicismo da teoria de Russell, apontando por deixas que teriam sido indicadas pela teoria da distinção entre *objekt* e *objektiv*.

Deleuze menciona três momentos da história do pensamento como cruciais em direção a reflexão acerca do problema do sentido: (1) a filosofia estoica, com o conceito de *lekton*; (2) o conceito de *significado por complexo*, a partir de uma interpretação de Gregório de Rimini e Nicolas d’Autrecourt acerca da obra de Aristóteles e (3) o conceito de *objektiv*, de Meinong. Segundo o pensador francês, esses momentos são localizações espaciais de uma menção direta ao problema do sentido, ao contrário da tradição logicista, que trata indiretamente da questão. O autor francês entende o sentido como entidade não-existente., o que lhe atribui caráter paradoxal e uma relação próxima com o non-sense. A constituição de sua teoria do sentido é paradoxal e entende a obra *Alice no País das Maravilhas* de Lewis Carroll como a primeira grande manifestação dessa “paradoxalidade”. A obra trata não de estados de coisas fixos que correspondem às proposições expressas por Carroll, mas de uma expressão proposicional de acontecimentos. O acontecimento, por sua vez, difere do que seria fato, tanto em sua constituição ontológica quanto em seu caráter temporal, que indica o

“tornar-se” como abandono de um determinado estado para um outro, que só é possível, justamente, pelo fato de ser contrastante em relação ao estado anterior; é o caso, por exemplo, de quando Alice torna-se mais alta, sendo o que só é possível pois em determinado momento ela já fora menor do que o é no momento em que cresceu, acontecendo o mesmo em relação ao momento que ela diminui de tamanho. Essa “bidirecionalidade” do sentido envolve a questão de um presente que é paradoxal em relação ao passado mas só é possível por conta deste. A linguagem, então, enquanto expressão dos acontecimentos, se dá no âmbito do sentido, e não da mera denotação factual, que corresponde a um estado de coisas externo casualmente, da significação demonstrativa, que diz respeito às condições de verdade de uma proposição, ou se quer da manifestação dos desejos e das crenças de um “Eu”, pois não está no domínio do pessoal. Assim, a questão do sentido está para além da questão do Ser: ela envolve uma espécie de extra-ser, o algo (*aliquid*), uma entidade não-existente mas que subsiste na proposição e é uma atribuição de algo externo a ela, do estado de coisas.

Palavras-chave: objeto; sense; objektiv; Deleuze; Russell.